

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CONSELHO SUPERIOR

ATA da Reunião Ordinária do Conselho Superior no **décimo sexto dia do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze**. Iniciada a sessão, com a palavra Dr. André Castro com breve saudação ao Conselho Superior, ponderando sobre a importância de sua estruturação, de seu fortalecimento com medidas a serem implantadas, destacando a criação de comissão e plano de trabalho para reforma da LC 06/77 e importância do respeito ao regimento interno do Conselho Superior. Processo E-20/001/104/2015 - A Conselheira Cláudia Daltro inicia a leitura do projeto da deliberação nº 99 do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, referente à composição da lista tríplice para a escolha do Corregedor-Geral da Defensoria Pública, processo E-20/001/104/2015. Sendo sorteada como relatora, encaminha para aprovação. Após considerações dos Conselheiros, foram feitas alterações no texto final, definindo as inscrições dos defensores interessados no prazo de 22.01.2015 a 27.01.2015, com início do mandato a partir do dia 05.02.2015 a 04.02.2017, sendo certo que todos os detalhes e prazos constarão do edital e da deliberação das eleições. As eleições serão realizadas no dia 04.02.2015, às 10h, no auditório Silvio Roberto, na sede da DPGE/RJ. A seguir, o Presidente do Conselho Superior abriu a sessão para assuntos gerais, sendo certo que o mesmo comunicou o arquivamento da sindicância E-20/20.565/2013, tendo sido interrompida a sessão pública para o debate. Retomada a transmissão, o Conselheiro nato Rodrigo Pacheco, na qualidade de segundo subdefensor e coordenador do concurso informou que a subcoordenadora, com a nova administração, passou a ser a Dra. Marcia Cristina Carvalho Fernandes. Informou, ainda, que o examinador Paulo Rangel pediu afastamento, em razão de impedimento superveniente, e a examinadora Marina Lopes pediu afastamento por estar em gozo de licença maternidade. Substituirão os examinadores, respectivamente, Ana Lucia Tavares e Maria de Fatima Abreu Dourado. Tratou, ainda, de detalhes do concurso, especialmente no que se refere à elaboração das questões e as medidas de sigilo necessárias à elaboração das provas. O Conselheiro Rodrigo Pacheco deu explicações sobre o processo que tem por objeto a anulação da Resolução 45 do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Também deu explicações sobre a atuação da administração no que concerne à implantação da audiência de custódia no Estado do Rio de Janeiro. A Conselheira Laura Julia fez considerações sobre o processo acerca da audiência de custódia em tramitação no CNJ, requerendo que, em qualquer caso, seja garantida sempre a prévia entrevista do réu preso em flagrante com seu defensor. A Conselheira Angela Hausmann fez considerações sobre a revisão criminal, informando que requererá providências acerca das normas de processamento das revisões de próprio punho instauradas pelo Tribunal de Justiça, que estão em desconformidade com a legislação processual e sobrecarregam a DP da terceira vice-presidência, além de outras sobre o processamento dos feitos em segundo grau. O Presidente do Conselho declarou encerrada a sessão.